

Ribeirão Preto, 08 de março de 2019.

À

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

Ribeirão Preto - SP

Atenção do **Dr. André Domingos Pippa Tomazella**

Diretor Presidente

Prezados Senhores

Apresentamos o relatório que contém as demonstrações financeiras da **Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas**, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Pedimos a gentileza de nos encaminhar a via protocolada assinada para nosso controle.

Atenciosamente.

BLB Auditores Independentes

Escritório de Ribeirão Preto - SP


Rodrigo Garcia Giroldo

Sócio Diretor

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS
COOPERATIVAS MÉDICAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E O RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Março de 2019

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	2-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5-6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (SOBRAS).....	7-8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Singulares Filiadas à

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

Ribeirão Preto - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas** (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam advir do assunto descrito na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

1. Conforme mencionado na nota explicativa 09, a Cooperativa, com base nas Instruções Normativas DIOPE nº 20, de 20 de outubro de 2008 e DIOPE nº 48, de 19 de outubro de 2011, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que definiu a forma das Operadoras de Planos de Saúde contabilizarem as obrigações legais. Mantém registrado no passivo circulante e não circulante “tributos e encargos a recolher – parcelamento e provisão para riscos e contingências”, com correspondência, ao ativo não circulante “título de créditos a receber de cooperados” o valor de R\$ 10.827 mil, em 31 de dezembro de 2018. Tal valor será exigido dos cooperados à medida que a Cooperativa tenha de pagar as obrigações legais registradas no passivo não circulante. Considerando que se trata de um ativo ainda não devidamente formalizado e individualizado, sem prazo de realização definido e vinculado a demandas passivas, sua recuperação pode ser classificada como duvidosa e, portanto, sujeito a provisão para perdas. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no valor de R\$ 10.827 mil, devido ao não reconhecimento da provisão para perdas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 25 de janeiro de 2019.

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	Nota	2018	2017
Ativo circulante		91.147.927	77.812.298
Disponível		7.130.807	2.054.003
Realizável		84.017.120	75.758.295
Aplicações financeiras	4	50.785.237	43.472.188
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		18.191.968	27.717.085
Aplicações livres		32.593.269	15.755.103
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	8.960.849	7.695.617
Contraprestação pecuniária a receber		6.523.215	6.929.352
Operadoras de planos de assistência à saúde		2.437.634	766.266
Créditos de oper.assist. à saúde não rel. c/ pl. de saúde da oper.		703.576	148.935
Créditos tributários e previdenciários	6	5.883.507	6.355.384
Bens e títulos a receber	7	17.538.855	17.829.363
Despesas antecipadas		68.085	180.888
Conta-corrente com cooperados		77.011	75.921
Ativo não circulante		47.898.870	41.058.213
Realizável a longo prazo		39.808.322	35.056.741
Depósitos judiciais e fiscais	8	28.981.674	23.644.230
Conta-corrente com cooperados	9	10.826.648	11.412.511
Investimentos	10	4.687.999	2.504.820
Particip. societ. avaliadas pelo método de equival. patrimonial		4.687.999	2.504.820
Particip. societárias – oper. de planos de assistência a saúde		4.670.190	2.488.006
Outros investimentos		17.809	16.814
Imobilizado	11	3.307.384	3.352.289
Imóveis de uso próprio – não hospitalares		2.032.000	2.032.000
Bens móveis de uso próprio – não hospitalares		823.116	887.081
Outras imobilizações		452.268	433.208
Intangível	12	95.165	144.363
Total do ativo		139.046.797	118.870.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	Nota	2018	2017
Passivo circulante		49.066.023	43.244.945
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	12.037.074	14.598.494
Provisão prêmio de contraprestação não ganha (PPCNG)		211.183	-
Provisão para remissão		18.927	32.285
Provisão de eventos a liquidar para SUS		2.382.231	1.568.336
Prov. de ev. a liquidar p/ outros prest. de serviços assistenciais		1.458.553	5.769.809
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		7.966.180	7.228.065
Débitos de operações de assistência à saúde		6.615.453	2.042.185
Receita antecipada de contraprestações		-	4.510
Operadoras de planos de assistência à saúde		4.513.089	29.879
Outros débitos de oper. com planos de assistência à saúde	14	2.102.364	2.007.796
Débitos de oper.assist. à saúde não rel. c/ pl. de saúde da oper.		3.424.204	-
Tributos e encargos sociais a recolher	15	1.564.817	1.594.896
Débitos diversos	16	21.871.458	22.711.132
Conta-corrente de cooperados	17	3.553.017	2.298.237
Passivo não circulante		45.495.549	40.341.697
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	6.381.967	4.018.260
Provisão para remissão		8.932	15.118
Provisão de eventos a liquidar para SUS		6.373.035	4.003.142
Provisões	18	28.629.880	25.242.537
Provisões para ações judiciais		28.629.880	25.242.537
Tributos e encargos sociais a recolher	15	10.483.702	11.080.900
Parcelamento de tributos e contribuições		1.628.993	1.906.764
Trib. e contr. relac. a IN 20 (Cooperativas) – parcelamento	18	8.854.709	9.174.136
Patrimônio líquido		44.485.225	35.283.870
Capital social	19	743.995	743.995
Reservas	19	43.741.230	34.539.875
Reservas de sobras		37.760.349	34.539.875
Sobras à disposição da AGO	20	5.980.881	-
Total do passivo		139.046.797	118.870.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (SOBRAS)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

Demonstração do resultado do exercício	2018	2017
Contraprestações efetivas de oper. c/ planos de assistência à saúde líquidas	50.839.451	165.015.869
Receita com operações de assistência à saúde	52.970.326	166.864.634
Contraprestações líquidas	52.950.782	166.858.989
Variação das provisões técnicas de oper. de assistência à saúde	19.544	5.645
Tributos diretos de oper. c/ planos de assist. à saúde da operadora	(2.130.875)	(1.848.765)
Eventos indenizáveis líquidos	(30.428.538)	(144.265.708)
Eventos conhecidos ou avisados	(29.690.422)	(143.852.189)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(738.116)	(413.519)
Resultado das operações c/ planos de assist. à saúde	20.410.913	20.750.161
Outras receitas operac. de planos de assist. à saúde	90.367	52.971
Outras receitas oper. de assist. à saúde não rel. c/ pl. de saúde da operad.	22.814.624	32.106.865
Receitas operações de assistência médico-hospitalar	19.865.475	28.674.777
Outras receitas operacionais	2.949.149	3.432.088
Outras despesas operacionais com planos de assist. à saúde	(817.305)	(13.892.637)
Outras despesas operacionais com planos de assist. à saúde	(24.174)	(26.880)
Provisão para perdas sobre créditos	(793.131)	(13.865.757)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não rel. c/ pl. de saúde da oper.	(13.469.614)	(24.456.574)
Resultado bruto	29.028.985	14.560.786
Despesas de comercialização	(1.474.870)	(1.179.668)
Despesas administrativas	(20.793.242)	(22.415.725)
Resultado financeiro líquido	3.098.162	4.113.283
Receitas financeiras	6.558.730	5.995.823
Despesas financeiras	(3.460.568)	(1.882.540)
Resultado patrimonial	271.924	193.003
Receitas patrimoniais	272.562	193.003
Despesas patrimoniais	(638)	-
Resultado antes dos impostos e participações	10.130.959	(4.728.321)
Imposto de renda	(550.157)	(640.091)
Contribuição social	(206.697)	(239.073)
Participações no resultado	(128.110)	(168.558)
Provisão para pagamento de juros sobre o capital	(44.640)	-
Resultado líquido do exercício	9.201.355	(5.776.042)

Continua...

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (SOBRAS)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

...continuação.

Demonstração do resultado do exercício	2018	2017
Resultado líquido do exercício	9.201.355	(5.776.042)
Destinações Legais e Estatutárias:		
(-) Transferência para o RATES - 5%	(460.068)	-
(-) Transferência para o fundo de reserva - 10%	(920.135)	-
(-) Transferência para o fundo de desenvolvimento - 20%	(1.840.271)	-
Compensação da perda do exercício com o fundo de reserva	-	5.776.042
Sobras à disposição da Assembleia Geral Ordinária	5.980.881	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	<u>5.980.881</u>	<u>(5.776.042)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>5.980.881</u></u>	<u><u>(5.776.042)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	Capital social	Fundo de Reserva	RATES	Fundo de Desenvolvimento	Fundo apoio financeiro	Sobra à disposição da AGO	Total do patrimônio Líquido
Mutações do patrimônio líquido							
Saldos em 1º de janeiro de 2017	743.995	7.374.002	2.162.341	17.721.811	6.883.152	6.174.611	41.059.912
Destinações conforme AGO:							
Incorporação da sobra ao fundo de reserva	-	3.087.305	-	-	-	(3.087.305)	-
Incorporação de sobra ao fundo de apoio regional	-	-	-	-	3.087.305	(3.087.305)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(5.776.042)	(5.776.042)
Compensação da perda com fundo de reserva	-	(5.776.042)	-	-	-	5.776.042	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	743.995	4.685.266	2.162.341	17.721.811	9.970.457	-	35.283.870
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	9.201.355	9.201.355
Destinações legais e estatutárias:							
Fundo de reserva – 10%	-	920.135	-	-	-	(920.135)	-
Rates – 5%	-	-	460.068	-	-	(460.068)	-
Fundo de desenvolvimento – 20%	-	-	-	1.840.271	-	(1.840.271)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	743.995	5.605.401	2.622.409	19.562.082	9.970.457	5.980.881	44.485.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

Demonstração do fluxo de caixa	Nota explicativa	2018	2017
Atividades operacionais:			
Recebimento de planos de saúde		177.131.825	197.709.506
Resgate de aplicações financeiras		248.600.175	259.020.118
Outros recebimentos operacionais		129.291.265	131.541.296
(-) Pag. a fornecedores/prestadores de serviços à saúde		(151.709.886)	(180.040.913)
(-) Pagamentos de comissões		(1.200.380)	(1.233.943)
(-) Pagamentos de pessoal		(8.160.109)	(7.982.734)
(-) Pagamentos de serviços de terceiros		(1.107.715)	(2.252.953)
(-) Pagamentos de tributos		(5.480.498)	(4.528.714)
(-) Pagamento de Processos Judiciais		(2.588.415)	(1.870.948)
(-) Pagamentos de aluguel		(371.522)	(359.677)
(-) Pagamentos de promoção/publicidade		(2.111.651)	(1.234.567)
(-) Aplicações Financeiras		(253.961.197)	(264.592.880)
(-) Outros pagamentos operacionais		(120.887.731)	(124.810.310)
Caixa líquido das atividades operacionais	25	7.444.161	(636.719)
Atividades de investimentos			
(-) Pagamentos de aquisição do ativo imobilizado - outros		(211.839)	(84.697)
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas		(1.911.502)	-
Caixa líquido das atividades de investimento		(2.123.342)	(84.697)
Atividades de financiamentos			
Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento		-	9
(-) Pagamentos de juros - empréstimos e financiamentos		(244.015)	(39.697)
(-) Pagamento de Participação nos Resultados		-	(168.558)
(-) Outros pagamentos de Atividades de Financiamento		-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		(244.015)	(208.246)
Variação líquida do caixa		5.076.804	(929.662)
CAIXA – saldo inicial		2.054.003	2.983.665
CAIXA – saldo final		7.130.807	2.054.003
Ativos livres no início do período		17.809.106	19.421.226
Ativos livres no final do período		39.724.076	17.809.106
Diminuição nas aplicações financeiras – recursos livres		21.914.970	(1.612.120)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED NORDESTE PAULISTA FEDERAÇÃO INTRAFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

1. Contexto operacional

A **Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas** tem por objetivo a organização e orientação dos interesses econômicos, tecnológicos e assistenciais de caráter interativo de suas filiadas, conforme prerrogativas da Lei 5.764/71 e de seu Estatuto Social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência médica e hospitalar. Para consecução deste mesmo objetivo, atua como operadora de planos de saúde coletivos, de abrangência regional, nos termos da Lei 9.656/98.

A cooperativa é dependente das diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, políticas de comercialização e reajustes de preços dos planos de saúde, e também de estabelecer normas financeiras e contábeis.

A Cooperativa possui registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sob o número 32829-4.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base de elaboração

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/71, bem como as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS, em consonância com o plano de contas padrão das operadoras de planos privados de assistência à saúde – OPS estabelecido na Resolução Normativa – RN 290, e posteriores alterações até a Resolução Normativa – RN 418 (última alteração).

Essas demonstrações financeiras estão expressas em Real, que é a moeda funcional da Cooperativa, e consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 25 de janeiro de 2019.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Cooperativa de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Cooperativa está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Cooperativa nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma:

a) Apuração das sobras ou perdas

As contraprestações pecuniárias, eventos indenizáveis, ingressos e dispêndios são apropriados obedecendo ao regime de competência. As contraprestações pecuniárias representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Cooperativa.

As contraprestações pecuniárias são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Cooperativa; e (iv) no momento que os serviços estejam disponíveis para os usuários, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao usuário.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Cooperativa, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como

da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cooperativa revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cooperativa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Cooperativa possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem os créditos de operações com planos de assistência à saúde e demais valores a receber.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado, se aplicável.

Em 31 de dezembro de 2018, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer dos exercícios.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece os passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, prestadores de serviços, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa e saldos em bancos conta movimento, conforme determinação da ANS em grupo titulado “disponível”.

e) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras livres são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações da ANS, possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

f) Créditos com plano de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, dos ingressos oriundos dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde.

g) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC

É registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

h) Estoques

Avaliados pelo custo de aquisição. Variações em relação aos valores de reposição ou de realização não são relevantes.

i) Investimentos

Representados por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, são demonstrados ao valor de aquisição, somados às incorporações de sobras e/ou dividendos ocorridos.

j) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Cooperativa inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como dispêndios do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outros ingressos (dispêndios) operacionais” na demonstração do resultado. A Cooperativa não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

k) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

l) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Cooperativa revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2018.

m) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisão de remissão: é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde e foi calculada com base em nota técnica devidamente aprovada pela ANS, de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 148, de 3 de março de 2007 e normas posteriores.

Provisão para eventos ocorridos e não avisados -PEONA: destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa – RN nº 160, da ANS e alterações posteriores. A Cooperativa tem aprovada pela ANS a metodologia própria de cálculo da provisão, baseada em estudo técnico atuarial.

Provisão de eventos a liquidar: representados pelos valores relativos à prestação de serviços médicos efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, nos termos da Resolução Normativa – 227/10 e alterações posteriores.

Ressarcimento ao SUS: provisão face as demandas com o SUS, efetuadas conforme determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

n) Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no resultado tributável das operações geradas com terceiros, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido, nos termos da legislação fiscal vigente. Sobre o resultado decorrente da operação com cooperados não há incidência desses tributos.

o) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

r) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Cooperativa possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Cooperativa, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, e

os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Cooperativa revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

s) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

4. Aplicações financeiras

Descrição	Modalidade	2018	2017
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)		18.191.968	27.717.085
Banco Bradesco	Fundo Bradesco FIRFANS	13.275.481	4.730.434
Banco Santander	Fundo Santander – ANSRF (ii)	2.029.694	16.793.317
Banco CEF	Fundo CEF ANS RF FI	-	626.459
XP Investimentos	LFT 210100 - dentre outros (ii)	2.886.793	5.556.874
Aplicações Não Vinculadas		32.593.269	15.755.103
Banco Bradesco	FICFI REFER DI TOP	16.478.333	15.276.405
Banco Santander	FICFI	19.854	415.904
XP Investimentos	APL / CDB	16.030.797	-
Banco CEF	FIC CX GIRO DI LP	64.285	62.794
Total		50.785.237	43.472.188

As aplicações são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

(i) A Cooperativa apresentou as aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 392/15 e posteriores alterações da ANS. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as

instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

(ii) Em 2018, do valor de R\$ 2.029.694 da aplicação financeira no Banco Santander, o correspondente a R\$ 16.793.317 trata-se de aplicação que integra o lastro das provisões técnicas da ANS, porém, não possui vinculação obrigatória nos termos das normas vigentes. E ainda, para aplicação de R\$ 2.886.793 na XP Investimentos, o valor correspondente a esse lastro é de R\$ 5.556.874.

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2018	2017
Contraprestação pecuniária a receber:		
Faturas a receber – PJ	21.863.825	21.192.779
Faturas a receber – PF	47.071	49.569
Operadoras de Planos	2.451.031	779.341
(-) Provisão para perdas sobre créditos (i)	(15.401.078)	(14.326.071)
Total	8.960.849	7.695.617

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. Provisão representada significativamente em R\$ 15.021.351,43 referente cobertura em pós pagamento.

6. Créditos tributários e previdenciários

Descrição	2018	2017
Créditos tributários (i)	5.883.507	6.355.384

(i) Representado substancialmente pelo ICMS a recuperar decorrente das operações das distribuidoras de medicamentos, no montante de R\$ 2.797.182,42 correspondente à saldo credor de GIA e recolhimento antecipado por substituição tributária.

7. Bens e títulos a receber

Descrição	2018	2017
Estoques	2.016.387	3.616.840
Distribuidora de Medicamentos	1.764.497	3.219.979
Laboratório Óptico	168.895	215.049
Distribuidora Hospitalar	3.485	107.056
Material de Consumo	79.510	74.756
Títulos a receber	8.928	3.492
Adiantamentos	53.048	80.652
Créditos com singulares (i)	10.397.786	9.487.120
Devoluções – fornecedores (ii)	94.913	3.879
(-) Provisão para perdas sobre créditos (iii)	-137.392	(1.406.250)
Outros créditos a receber	5.105.185	6.043.629
Total	17.538.855	17.829.363

- (i) Representado pelas contas a receber das Unimed's (singulares filiadas) por conta de fornecimentos de medicamentos e produtos da distribuidora de medicamentos e óptica;
- (ii) Corresponde a créditos oriundos de devoluções de medicamentos realizados pela Distribuidora, que estão sendo negociados com os respectivos fornecedores, mediante obtenção de bônus ou descontos em compras futuras.
- (iii) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber, é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

8. Depósitos judiciais e fiscais

Representados por depósitos judiciais realizados para fazer frente a contestações de diversos processos nas áreas tributária, trabalhista e previdenciária, cujas exigibilidades estão correspondidas através de provisão para riscos e contingências, apresentada no passivo não circulante - exigível a longo prazo (nota explicativa 19) e permanecerão vinculadas até o final das demandas.

Descrição	Nota explicativa	Nota	
		2018	2017
Depósitos judiciais – ressarcimento SUS	13 (ii)	6.373.035	4.003.142
Depósitos judiciais – INSS prod. especial	18 (i)	6.744.322	6.089.418
Depósitos judiciais – INSS FAP	18 (i)	63.164	60.989
Depósitos judiciais – processos cíveis	18 (iii)	545.319	541.119
Depósitos Judiciais – processos trabalhistas	18(iii)	54.331	54.331
Depósitos judiciais – proc. Tributários - TSS	(i)	1.099.292	853.905
Depósitos judiciais – COFINS	18 (ii)	11.886.688	10.122.822
Depósitos judiciais – PIS	18 (ii)	2.215.523	1.918.504
Total		28.981.674	23.644.230

- (i) Foi promovida pela Cooperativa ação judicial alegando que a TSS é inexigível em decorrência da ofensa ao princípio da legalidade estrita, visto que sua base de cálculo foi definida pelo artigo 3º da Resolução nº 10, da diretoria Colegiada da ANS. Nesse processo a Cooperativa está requerendo a devolução dos recursos pagos. Sobre esse assunto a Cooperativa está realizando depósito judicial.

9. Conta corrente com cooperados – realizável a longo prazo

Representada pelo saldo acumulado de R\$ **10.826.648** em 31 de dezembro de 2018, que corresponde a valores atualizados de lançamento de transferência de saldo devedor de “Sobras e Perdas Acumuladas” ocorrido em 2008, decorrentes do registro em contrapartida das contingências passivas detalhadas a seguir, que estão contempladas no saldo da conta de “Provisões para Contingências” apresentadas no passivo não circulante (nota explicativa 18 (iv)), referindo-se a responsabilidade transferida às cooperadas pelo pagamento das exigibilidades envolvidas, caso venham a ser exigidas na ocorrência de decisões desfavoráveis nas demandas judiciais movidas pela Federação, permanecendo a realização dos referidos créditos vinculada à efetiva exigibilidade dos passivos correspondentes. Os registros foram realizados consoante à faculdade prevista contida na Instrução Normativa nº 20 de 20/10/2008 da DIOPE/ANS e alterações posteriores, além de ratificados nas Assembleias Gerais Ordinárias, os quais são detalhados a seguir:

Descrição	2018	2017
Pis e Cofins - operadora e distribuidora (2005 a 2007)	1.971.938	2.238.374
Processos Jurídicos – Área Federal	-	460.476
Processos Jurídicos – Área Estadual	8.854.710	8.713.661
Total	10.826.648	11.412.511

10. Investimentos

a. Composição do saldo

Descrição	2018	2017
Unimed do Brasil	1.820.699	1.554.124
Federação das Unimeds do Est. São Paulo	2.805.117	893.615
Alcred Jaboticabal	9.597	9.614
MedCred Ribeirão Preto	7.200	7.200
Central Nacional Unimed	44.374	40.267
SICCOOB – Sist. De Coop. de Cred. do Brasil	1.012	-
Total	4.687.999	2.504.820

b. Movimentação

Descrição	2017	Adições	Baixas	2018
Unimed do Brasil	1.554.124	266.575	-	1.820.699
Federação das Unimeds do Est. São Paulo	893.615	1.911.502	-	2.805.117
Alcred Jaboticabal	9.614	-	(17)	9.597
MedCred Ribeirão Preto	7.200	-	-	7.200
Central Nacional Unimed	40.267	4.107	-	44.374
SICCOOB – Sist. De Coop. de Cred. do Brasil	-	1.012	-	1.012
Total	2.504.820	2.183.196	(17)	4.687.999

11. Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa depreciação Anual	Depreciação		2018	2017
		Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Bens móveis - não hospitalares					
Terrenos	-	2.032.000	-	2.032.000	2.032.000
Móveis e utensílios	10%	663.139	(569.453)	93.686	96.566
Veículos	20%	158.374	(107.848)	50.526	73.560
Instalações	10%	187.377	(150.428)	36.949	46.598
Máquinas e equipamentos	10%	1.490.941	(905.161)	585.780	623.466
Equipam. de comunicação	10%	107.832	(55.290)	52.542	4.960
Terminais e periféricos	20%	1.437.394	(1.381.220)	56.174	46.891
Outras Imobilizações					
Direito de uso de telefone	-	4.329	-	4.329	4.329
Benf. em propr. de terceiros	10%	718.599	(323.201)	395.398	423.919
Total		6.799.985	(3.492.601)	3.307.384	3.352.289

b. Movimentação do custo

Descrição	2017	Adições	2018
Bens Móveis - Não Hospitalares			
Terrenos	2.032.000	-	2.032.000
Móveis e Utensílios	643.978	19.161	663.139
Veículos	158.374	-	158.374
Instalações	187.377	-	187.377
Máquinas e Equipamentos	1.404.978	85.963	1.490.941
Equipamentos de Comunicação	58.690	49.142	107.832
Terminais e Periféricos	1.407.485	29.909	1.437.394
Outras Imobilizações			
Direito de Uso de Telefone	4.329	-	4.329
Benf. em propr. de terceiros	718.599	-	718.599
Total	6.615.810	184.175	6.799.985

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2017	Adições	2018
Bens Móveis - Não Hospitalares			
Móveis e Utensílios	(547.412)	(22.041)	(569.453)
Veículos	(84.814)	(23.034)	(107.848)
Instalações	(140.778)	(9.650)	(150.428)
Máquinas e Equipamentos	(781.512)	(123.649)	(905.161)
Equipamentos de Comunicação	(53.731)	(1.559)	(55.290)
Terminais e Periféricos	(1.360.594)	(20.627)	(1.381.220)
Outras Imobilizações			
Benf. em propr. de terceiros	(294.680)	(28.521)	(323.201)
Total	(3.263.522)	(229.081)	(3.492.601)

12. Intangível

a. Composição do saldo

Descrição	2018			2017
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Sistema de comp. - não hospitalares				
Softwares e Aplicativos	1.221.055	(1.125.890)	95.165	144.363

b. Movimentação do custo

Descrição	2017	Adições	2018
Sistema de computação - não hospitalares			
Softwares e Aplicativos	1.221.055	-	1.221.055

c. Movimentação da amortização acumulada

Descrição	2017	Adições	2018
Sistema de Computação - Não Hospitalares			
Softwares e Aplicativos	(1.076.691)	(49.199)	(1.125.890)

13. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão de remissão (i)	18.927	8.932	32.285	15.118
PPCNG	211.183	-	-	-
Provisão de eventos a liquidar:				
Ressarcimento SUS (ii)	2.382.231	6.373.035	1.568.336	4.003.142
Rede credenciada (iii)	414.687	-	761.043	-
Intercâmbio (iii)	1.031.928	-	5.007.360	-
Reembolsos	11.938	-	1.405	-
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (iv)	7.966.180	-	7.228.065	-
Total	12.037.074	6.381.967	14.598.494	4.018.260

(i) Constituída sobre contratos comercializados que possuem cláusula de remissão das contraprestações pecuniárias, correspondente à continuidade de cobertura de assistência à saúde a usuários dependentes em caso de falecimento do titular do plano.

(ii) A Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra a instituição governamental, relativamente às cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/98. As cobranças advêm de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde de beneficiários do seu plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças e na opinião favorável quanto ao êxito da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conforme determinação da ANS, são suficientes para eventuais perdas com estas demandas. Há depósitos judiciais consignados nas demonstrações financeiras relativo a essas demandas no valor de R\$ 6.373.035 em 31 de dezembro de 2018, como descrito na nota explicativa 8.

(iii) Relativo aos serviços de assistência à saúde, realizados pelos médicos, hospitais, clínicas e laboratórios credenciados, para cobertura de assistência médica dos usuários da Cooperativa.

(iv) Constituída com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa - RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, é destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados à Operadora. O valor apresentado em 31 de dezembro de 2018 corresponde a 72/72 avos, ou seja, a integralidade da provisão.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 159/07 e posteriores alterações:

- **Patrimônio mínimo ajustado:** capital base R\$ 8.503.233 (RN 209/09) atualizado anualmente tendo como referência a variação do IPCA 07/2018, multiplicado pelo fator K (RN 209/2009), o qual depende da região de comercialização e do segmento da operadora;
- **Margem de solvência:** manter patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior. O prazo máximo permitido para adequação é de 10 anos, onde as operadoras deverão observar a proporção cumulativa mínima de 1/120 avos por mês, a partir de janeiro de 2008; os prazos permitidos para adequação da Margem de Solvência foram redefinidos em 22 de dezembro de 2012 pela RN no 313, a ser constituído 100% em Dez/2022;
- **Dependência operacional:** valor calculado com base na diferença, contada em dias, entre o prazo médio de pagamento de eventos e o prazo médio de recebimento de contraprestações, decorrente do ciclo financeiro da operação. Caso o resultado deste cálculo seja um valor positivo, será necessária a constituição de ativos garantidores. A dependência operacional foi revogada em agosto de 2010 pela RN ANS nº 227/10; e
- **Ativos garantidores:** as provisões técnicas exigem a constituição de garantias financeiras a serem mantidas de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 159/07 e posteriores alterações. Em 31 de dezembro de 2018, as garantias financeiras eram constituídas exclusivamente por aplicações financeiras (nota explicativa 4).

14. Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2018	2017
Provisão plano de Saúde	2.102.364	2.007.796

Provisão constituída para fazer frente ao montante de contas em trânsito, ainda não avisadas à operadora, em função da natureza de suas operações, destinada à cobertura de

compromissos assumidos com a prestação dos serviços de assistência médica-hospitalar até a data do balanço, cujos custos estimados e calculados com base na sinistralidade média dos últimos trimestres do exercício, cuja previsão para apresentação é estimada em até 90 dias após a ocorrência do evento. Esta provisão operacional não representa saldo de eventos a liquidar avisados de que trata a RN 227/10 e posteriores alteração, e é constituída, sobretudo em razão das peculiaridades do sistema de intercâmbio.

15. Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Tributos e contribuições a recolher	1.221.871	8.854.709	1.227.827	9.174.136
Tributos e contribuições a recolher – parcelamento (i)	342.946	1.628.993	367.070	1.906.763
Total	1.564.817	10.483.702	1.594.896	11.080.900

(i) Parcelamento:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social - (R\$ 50.304 no circulante e R\$ 238.943 no não circulante).

Refere-se ao parcelamento da Lei nº 11.941/09 (REFIS) no total de R\$ 411.990 (Quatrocentos e onze mil e novecentos e noventa reais), parcelados em 160 meses junto a Secretaria da Receita Federal, restando em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar de R\$ 289.247 correspondente a 69 parcelas mensais e consecutivas.

b) COFINS e PIS - (R\$ 292.642 no circulante e R\$ 1.390.050 no não circulante).

Refere-se ao parcelamento da Lei Nº 11.941/09 no total de R\$ 2.387.115 (Dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil e cento e quinze reais), parcelados em 160 meses junto a Secretaria da Receita Federal, restando em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar de R\$ 1.682.692 correspondente a 69 parcelas mensais e consecutivas.

16. Débitos Diversos

Modalidade	2018	2017
Prov. de férias e encargos	590.985	577.933
Obrigação com pessoal	3.257	2.938
Fornecedores (ii)	19.973.142	20.931.826
Distribuidora	4.221.704	4.582.436
Órtese e prótese	13.179.075	9.981.561
Produto complementar	1.661.344	5.861.112
Diversos	911.019	506.717
Depósitos de terceiros (i)	1.259.434	1.198.436
Prov. juros sobre capital	44.640	-
Total	21.871.458	22.711.132

- (i) Refere-se basicamente a ingressos decorrentes de mensalidades de contribuição social emitidas contra suas associadas em contrapartida de contas a receber, que serão reconhecidas de acordo com o recebimento e período de competência.
- (ii) Representado substancialmente pelas contas a pagar aos fornecedores de materiais e medicamentos adquiridos até 31 de dezembro de 2018 para as filiais distribuidora de Medicamentos, óptica e hospitalar, a serem liquidadas a partir de janeiro de 2019.

17. Conta Corrente Cooperados

Modalidade	2018	2017
Conta Corrente - Cooperadas (i)	1.191.054	-
Provisão MCR (ii)	2.361.963	2.298.237
Total	3.553.017	2.298.237

- (i) Adiantamento de Serviços efetuado pela Central Nacional em operação relativa ao Banco Santander, visando o desenvolvimento de estrutura de serviços regionais para beneficiários da CNU. Acordo operacional foi encerrado entre as UnimedS sendo os beneficiários excluídos em 2018.
- (ii) MCR – Módulo Complementar Regional: Contrato regional para tratamentos de alta complexidade em Cirurgias Cardíacas e Terapias Renais. A conta representa o saldo credor de singulares em relação à Federação, devido ao desempenho positivo daquelas singulares no Módulo Coração Regional. O saldo ora apresentado inclui o Fundo de Reserva determinado pelo regulamento do contrato do MCR.

18. Provisões para ações judiciais e Parcelamento IN 20

Corresponde às provisões para contingências que conservadoramente a Administração decidiu por constituir, destinada a fazer face à cobertura de eventuais riscos de perdas em demandas, as quais nossos assessores jurídicos através de parecer emitido, atestam como possíveis às possibilidades de perdas, assim distribuídas:

Descrição	2018	2017
Tributárias e previdenciárias		
Previdenciárias (i)	8.034.194	7.124.092
Pis/Cofins (ii)	14.102.211	12.041.327
Trabalhistas (iii)	62.229	158.835
Ações cíveis (iii)	6.431.246	5.918.284
Total	28.629.880	25.242.537

- (i) Provisão constituída sobre a contribuição previdenciária incidente sobre repasses de produção realizados a cooperados eleitos para cargos de direção na Federação e da parcela de terceiros, que estão sendo contestadas judicialmente, correspondidas por depósitos judiciais apresentados na nota explicativa 8, que permanecerão vinculados até a decisão final do judiciário.
- (ii) Correspondem a contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2009 a 2018, objeto de contestação judicial, representado por depósitos judiciais apresentados no ativo não circulante, nota explicativa 8.
- (iii) A Cooperativa está discutindo na justiça ações de naturezas indenizatórias e trabalhistas. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho desses processos é de perda remota, possível ou provável em valores inferiores ao da causa. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para contingências para fazer face à eventuais perdas futuras para as ações cíveis e trabalhistas com expectativa de perda possível e provável estimada pelos assessores jurídicos da Empresa. Há depósitos judiciais cíveis no montante de R\$ 545.319 e trabalhistas no montante de R\$ 54.331 em 31 de dezembro de 2018, dos quais R\$ 299.932 correspondem ao custeio judicial de insumos de alto custo que a operadora entende não possuir cobertura pelos contratos vigentes.

Descrição	2018	2017
Parcelamento IN 20		
IN nº 20 – DIOPE/ANS (iv)	8.854.709	9.174.136

(iv) Provisão correspondente a impostos e contribuições federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) incidentes sobre as operações da Federação (Operadora e Distribuidora de Medicamentos), bem como, a autos de infração emitidos pela fazenda estadual com vistas à cobrança de multas sobre supostas diferenças de ICMS, cujas exigibilidades são consideradas ilegítimas e contestadas pela assessoria jurídica da Cooperativa, que através de parecer emitido, atestam entre remotas e possíveis as possibilidades de perdas nas respectivas demandas. Os valores envolvidos na mencionada provisão, estão correspondidos por valores transferidos para o Ativo Realizável a Longo Prazo consoante a faculdade prevista na IN DIOPE/ANS nº 20 de 20/10/2008 e alterações posteriores, conforme detalhado na nota explicativa 9.

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas partes.

b. Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para ao Fundo de reserva, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa; e
- 20% para Fundo de Desenvolvimento, destinados ao desenvolvimento das atividades e operações da Cooperativa.
- 6% para juros sobre o capital social integralizado, apresentado em rubrica específica no passivo circulante.
- além dessas reservas outras poderão ser constituídas com fins de duração específicos em Assembleia Geral dos cooperados.

20. Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias, ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto a sua destinação, e são assim demonstradas:

Descrição	2018	2017
Resultado líquido do exercício	9.201.355	(5.776.042)
Constituição de reservas legais e estatutárias:		-
Fundo de reserva	(920.135)	-
RATES (5% da sobra do exercício)	(460.068)	-
Fundo de desenvolvimento (20% da sobra do exercício)	(1.840.271)	-
Compensação da perda do exercício com fundo de reserva	-	5.776.042
Sobras à disposição da AGO	5.980.881	-

21. Registros contábeis determinados pela RN 430 de 07 de dezembro de 2017

A Unimed Nordeste Paulista Federação Intrafederativa das Cooperativas Médicas, em cumprimento com o que fora requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. Os valores referentes ao exercício de 2018 foram registrados desde janeiro de 2018 atendendo esta resolução Normativa, e em consonância com o Plano de Contas padronizado pela ANS.

Para que a contabilização do compartilhamento fosse registrada de forma linear em conjunto com o sistema Unimed, em dezembro de 2018 a contabilização foi revisada e conciliada com os relatórios extraídos das movimentações dos arquivos PTUs transacionados entre as Unimed 's. Esta extração foi possível a partir do trabalho desenvolvido pela Unimed do Brasil conforme Circulares DRMS002/19 e DRMS 004/19. Os relatórios possibilitaram a identificação da ocorrência de operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimed Origem e Executora, conforme regras previstas no Manual de Intercâmbio Nacional, aprovadas pelo Fórum Unimed, e respeitando os conceitos trazidos pela RN 430/17. As contabilizações ocorreram como a seguir:

- Unimed Nordeste Paulista como prestadora

Esta Federação de segundo grau atualmente usufrui de rede indireta, ou seja, toma serviços das singulares operadoras, cooperativas de primeiro grau, e assim provê atendimento aos clientes dos contratos que firma. Não há rede diretamente credenciada pela Federação que viabilize operações na condição de Prestadora ofertando atendimento a beneficiários de outras operadoras de planos de assistência à Saúde.

- Unimed Nordeste Paulista como origem

Os custos dos procedimentos realizados por beneficiários da Unimed Nordeste Paulista através de outras Operadoras e suas redes credenciadas, de forma habitual, conforme requerido pela RN 430, representaram em 2018 no montante líquido de R\$ 93.715.733,60 e pelo mesmo instrumento normativo passaram a ser contabilizados, na conta redutora da receita, denominada “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde” - Conta Contábil 3117 do Plano de Contas da ANS e a crédito no Grupo 41111.

Descrição	2018
Compartilhamento em Pré-Pagamento	9.018.285
Eventos Indenizáveis – Custo Operacional	85.552.531
(-) Glosas incorridas	(855.083)
Sobras à disposição da AGO	93.715.733

22. Atendimento às regulamentações da ANS

A Cooperativa encontra-se em contínuo processo de aprimoramento de seu sistema de controles internos e contábeis, visando o pleno e tempestivo atendimento às regulamentações emitidas pela ANS.

23. Seguros

A Administração da Cooperativa mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

24. Gerenciamento de riscos

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação aos riscos de crédito e de preços na compra de materiais e medicamentos para revenda. Risco de crédito: associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados a seus clientes (singulares) é atenuado pelas políticas de vendas e concessão de crédito que são fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus clientes (singulares), outra é pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. O risco de crédito é historicamente baixo. Risco de preços na compra de materiais e medicamentos: a Cooperativa está exposta a eventos mercadológicos, políticos entre outros fatores fora de seu controle. A Administração tem como política o controle físico do estoque, que inclui compras antecipadas, de forma a minimizar esse risco.

25. Conciliação da demonstração do fluxo de caixa

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	9.201.355	(5.776.042)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	278.280	323.289
Prov./reversões p/ perdas sobre créditos - PPSC (PJ e PF)	794.364	14.234.358
Juros de aplicações financeiras	(2.296.628)	(2.656.363)
Provisão p/ eventos ocorridos e não avisados – PEONA	738.116	413.519
Variações Sobre Provisões Técnicas	(19.544)	(5.645)
Provisão para ações judiciais	3.387.343	4.309.877
Saldo ajustado	12.083.285	10.842.993
Variações nos ativos e passivos operacionais		
(-) Aumento (+) redução de aplicações financeiras	(5.016.421)	(5.133.468)
Créditos de operações com assistência à saúde	(2.340.238)	(10.069.998)
Créd. de oper. c/ assist. à saúde n. rel. c/ pl. de saúde da oper.	(554.641)	1.429.821
Créditos tributários e previdenciários	(516.338)	(532.097)
Bens e títulos a receber	1.559.366	8.191.019
Despesas antecipadas	112.803	72.718
Conta corrente com cooperados	584.773	582.092
Outros Valores e Bens	(5.337.444)	(4.641.907)
Total de Variações no Ativo	(11.508.140)	(10.101.820)
Provisões Técnicas	(916.285)	906.853
Débitos c/ operações de assist. à saúde	4.573.268	78.125
Déb. c/ oper.de assist. à saúde não rel. c/ pl. saúde da oper.	3.424.204	-
Tributos e encargos sociais a recolher	(627.277)	(1.257.982)
Conta corrente com cooperados	1.254.780	39.602
Débitos diversos	(839.674)	(1.144.490)
Total de Variações no Passivo	6.869.016	(1.377.892)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.444.161	(636.719)
